

Dispensa de Licitação

Aviso

0036.2025

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ - MG.** por meio do Departamento de Licitações e Agente de Contratação designado pela Portaria 0002 de 2024, publicada na Página Institucional da Câmara, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados e, para tal fim realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento [menor preço], na hipótese do art. 75, inciso II, c/c § 3º do mesmo artigo, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – CDC, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013 – Lei Anticorrupção, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de setembro de 2022, no que couber.

As dúvidas poderão ser sanadas através do e-mail: cmjequitibamg@gmail.com

Data para apresentação das propostas: **08. NOV. 2025**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a Criação, Estruturação e Manutenção da Ouvidoria na Câmara Municipal de Jequitibá, garantindo a conformidade com a Lei nº 13.460|2017 e a efetividade do novo canal de comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

1.2. A CONTRATAÇÃO SERÁ CONFORME TABELA ABAIXO

sequencial	item descrição	quantidade	valor unitário	valor total
0001	Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a Criação, Estruturação e Manutenção da Ouvidoria na Câmara Municipal de Jequitibá, garantindo a conformidade com a Lei nº 13.460 2017 e a efetividade do novo canal de comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.			R\$49.500,00
	a) A presente contratação foi estimada em R\$ 49.500,00 [quarenta e nove mil e quinhentos reais]. Sendo que R\$ 9.900,00 [nove mil e novecentos reais], para os serviços constantes das letras 'a' a 'd', do DFD e deste aviso deste item, a serem pagos de duas vezes, sendo 50% na assinatura do contrato e 50% na entrega dos atos normativos e conclusão da etapa de estruturação operacional;	0001	R\$ 9.900,00	R\$9.900,00
	b) R\$ 3.300,00 [três mil e trezentos reais] mensais, os serviços constantes da letra 'e', deste item, a partir da assinatura do contrato, através de cobrança bancária, com vencimento no 5º dia útil do mês subsequente e protesto a partir do 10º dia do vencimento, ficando a CONTRATANTE responsável pelas	0012	R\$3.300,00	R\$39.600,00

despesas oriundas de baixa de título e despesas de protesto. Este valor será corrigido anualmente, de comum acordo entre as partes.

O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

A Administração preocupou-se em realizar um procedimento com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade.

Faz-se necessário um processo licitatório para a Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a Criação, Estruturação e Manutenção da Ouvidoria na Câmara Municipal de Jequitibá, garantindo a conformidade com a Lei nº 13.460/2017 e a efetividade do novo canal de comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas para atender a Câmara Municipal em suas atividades rotineiras de acordo com as especificações e quantitativos previstos em anexo ao termo. Por ser mais conveniente para Administração que as aquisições ocorram de forma única após requisição.

Os serviços solicitados são de extrema valia, uma vez que, são necessários para atender as atividades e demanda administrativa desta Casa de Leis.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato. O fiscal do contrato

anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados [Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º].

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Jequitibá para exercício de 2025, na classificação abaixo:

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária	01.01 – Câmara Municipal
Subunidade	01.01.02 – Secretaria
Natureza da Despesa	33.90.35.00 – Serviços de Consultoria
Programa de Trabalho	01.031.0003.2.006
Fonte de Recursos	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos
Função	01 – Legislativa
Subfunção	0031 – Ação Legislativa

3 - DA HABILITAÇÃO DO VENCEDOR

- 3.1. Após concluído o prazo para o envio de propostas, será solicitado ao detentor da proposta de menor preço o envio dos documentos de habilitação.
- 3.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados no prazo de até 02 [dois] dias úteis, a contar da solicitação.
- 3.3. A solicitação será feita por meio do e-mail utilizado pelo interessado para o envio das propostas.
- 3.4. Caso seja constatado o não atendimento das condições de habilitação,

o proponente será desclassificado e será convocado o segundo melhor classificado, procedendo-se dessa forma até que se obtenha interessado habilitado.

- 3.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por parte das MEs, EPPs ou equiparadas nos termos da lei, será assegurado o prazo de 5 [cinco] dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 3.6. Selecionado e habilitado o detentor da proposta mais vantajosa, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação, homologação ou revogação/anulação, quando for o caso.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A HABILITAÇÃO

- 4.1. Em conformidade à determinação legal do inciso V, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos do vencedor os documentos de habilitação e qualificação mínima necessárias constantes do Anexo I.

5 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO

- 5.1. Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail cmjequitibamg@gmail.com, durante o prazo do Item 2.
- 5.2. A impugnação deste item deverá ser formulada por escrito e encaminhada para o endereço eletrônico do Item 1.1, durante o prazo

do Item 2.

6 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação de que trata esse aviso será efetivada por meio de contrato, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme disposto no art. 95 da Lei 14.133/21.

7 - DA DIVULGAÇÃO

7.1. Concluída a presente Dispensa, o respectivo Termo de Autorização de Contratação será divulgado no sítio eletrônico da Câmara e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, quando a lei assim o determinar.

8 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HABILITAÇÃO

8.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos previstos no Item 9.2 do Termo de Referência a [www.camarajequitiba.mg.gov.br], a saber:

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de

eleição de seus administradores;

- 9.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 10.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas [CPF] ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica [CNPJ].
- 10.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.3 Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 10.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 10.6 Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 11.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Jequitibá e Edifício dos Paços do Legislativo Francisco Romão Saturnino, em segunda-feira dia 24 de outubro de 2025.

Gabriel Matias Fernandes de Freitas
Agente de Contratação

Termo de Referência

CNPJ	21.607.569/0001-90
ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
OBJETO	Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a Criação, Estruturação e Manutenção da Ouvidoria na Câmara Municipal de Jequitibá, garantindo a conformidade com a Lei nº 13.460/2017 e a efetividade do novo canal de comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.
DESCRIÇÃO	<p>Os serviços ora contratados serão executados na sede do Legislativo e no escritório da CONTRATADA por pessoal próprio e compreendem:</p> <p>a) Diagnóstico e Planejamento Inicial: Análise da Estrutura Atual: Avaliação da organização interna da Câmara Municipal para identificar o melhor posicionamento da Ouvidoria.</p> <p>b) Regulamentação Jurídica Essencial: Elaboração, conforme a Lei nº 13.460/2017, dos atos normativos necessários para a criação formal e o funcionamento legal da Ouvidoria, sendo esses atos os seguintes:</p> <p>Lei Municipal ou Resolução da Câmara: Para a criação formal da unidade de Ouvidoria na estrutura administrativa da Câmara Municipal.</p> <p>Decreto Legislativo ou Ato da Mesa Diretora: Para detalhar a organização e o funcionamento da Ouvidoria, incluindo:</p> <p>Posicionamento Hierárquico: Definição clara da subordinação da Ouvidoria [idealmente, vinculada diretamente à Presidência para garantir autonomia].</p> <p>Criação do Cargo ou Função Gratificada: Proposta para a criação do cargo de Ouvidor ou da função gratificada a ser exercida por um servidor efetivo, com a descrição de suas atribuições e requisitos.</p> <p>Atribuições Detalhadas da Ouvidoria: Transposição e detalhamento das atribuições precípua da Ouvidoria conforme o Art. 13 da Lei nº 13.460/2017 [receber, analisar, encaminhar manifestações, propor melhorias, mediar conflitos, etc.].</p> <p>Procedimentos Internos: Definição do fluxo de trabalho para o recebimento, registro, análise, encaminhamento, acompanhamento e resposta das manifestações (reclamações, denúncias, sugestões, elogios).</p> <p>Canais de Atendimento: Regulamentação dos canais de acesso para o usuário (presencial, telefônico, eletrônico, correspondência), garantindo a acessibilidade.</p>

Prazos Internos: Estabelecimento de prazos para que os setores da Câmara respondam às solicitações de informação da Ouvidoria, em conformidade com o Art. 16, Parágrafo único, da Lei.

Elaboração e Divulgação do Relatório de Gestão Anual: Normatização da forma de coleta de dados, elaboração e publicação do relatório anual da Ouvidoria, conforme Art. 14 e 15 da Lei.

Operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário: Se ainda não regulamentado, auxílio na definição de como a Câmara irá elaborar, atualizar e divulgar sua Carta de Serviços, conforme Art. 7º da Lei.

Avaliação da Efetividade e Níveis de Satisfação: Se ainda não regulamentado, orientação sobre os métodos e a periodicidade para a avaliação dos serviços e da satisfação dos usuários, conforme Art. 23 e 24 da Lei.

c) Estruturação Operacional e Orientação Inicial:

Orientação sobre Infraestrutura: Aconselhamento sobre a infraestrutura física (espaço reservado para atendimento) e tecnológica (sistemas de registro e gestão de manifestações, canais eletrônicos) necessária.

Apoio na Definição de Recursos Humanos: Orientação sobre o perfil e as competências desejáveis para o Ouvidor e sua equipe.

Treinamento Básico Operacional: Breve treinamento para o Ouvidor e sua equipe sobre os procedimentos iniciais de recebimento e registro de manifestações.

d) Lançamento e Acompanhamento Inicial:

Suporte na Comunicação: Orientação para a estratégia de comunicação interna e externa sobre a criação da Ouvidoria.

Monitoramento dos Primeiros Casos: Acompanhamento inicial dos primeiros casos para ajustes finos nos procedimentos.

e) Assessoria e Consultoria Jurídica mensal para:

Análise e Pareceres Jurídicos:

Manifestações Complexas: Análise jurídica de manifestações de alta complexidade, especialmente denúncias que envolvam possíveis ilícitos, conflitos de interesse ou questões que demandem interpretação legal.

Procedimentos da Ouvidoria: Emissão de pareceres sobre dúvidas jurídicas relacionadas aos procedimentos internos da Ouvidoria, garantindo a conformidade com a legislação vigente.

Conflitos de Competência: Orientação jurídica em casos de dúvidas sobre a competência da Ouvidoria ou de outros órgãos para tratar determinadas manifestações.

Apoio na Elaboração de Respostas:

Revisão de Respostas: Revisão jurídica das minutas de respostas a serem encaminhadas aos usuários, assegurando que sejam claras, completas, juridicamente corretas e em conformidade com a Lei nº 13.460/2017 e demais normas aplicáveis.

Casos Sensíveis: Orientação específica para a formulação de respostas em casos sensíveis ou de grande repercussão, minimizando riscos jurídicos.

Atualização Legislativa e Normativa:

Monitoramento: Informação e análise de novas leis, decretos, resoluções ou orientações de órgãos de controle (Tribunais de Contas, Ministério Público) que possam impactar a atuação da Ouvidoria ou a prestação de serviços públicos.

Recomendações: Proposição de ajustes nos procedimentos ou regulamentos internos da Ouvidoria em face de novas exigências legais.

Capacitação e Discussão Contínua:

Reuniões Periódicas: Realização de reuniões mensais (ou conforme necessidade) com o Ouvidor e sua equipe para discussão de casos, troca de experiências e aprimoramento das práticas.

Tira-Dúvidas: Canal direto para esclarecimento de dúvidas jurídicas pontuais que surjam no dia a dia da Ouvidoria.

Suporte na Elaboração de Relatórios:

Revisão Legal do Relatório de Gestão: Análise jurídica do relatório de gestão anual da Ouvidoria, garantindo que as informações apresentadas estejam em conformidade com as exigências legais e que as conclusões sejam bem fundamentadas.

Orientação sobre Indicadores: Apoio na definição e interpretação de indicadores relevantes sob a perspectiva jurídica.

Diretoria Administrativa é o órgão responsável pela gestão dos serviços e recursos da instituição, abrangendo desde finanças, pessoal e patrimônio até infraestrutura, informática e compras. Seus responsáveis planejam, coordenam, supervisionam e controlam as atividades para garantir o bom funcionamento da Câmara, apoiando os trabalhos legislativos e administrativos

SETOR
REQUISITANTE

RESPONSÁVEL PELA
DEMANDA

DATA

Carlos Roberto da Silva – Presidente da Câmara Municipal de Jequitibá

21.OUT.2025 13h

MODALIDADE	Dispensa de Licitação - Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 [cinquenta mil reais], no caso de outros serviços e compras.
IDENTIFICAÇÃO	0036.2025
QUANTIDADE	0002

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A etapa de planejamento de uma contratação visa planejá-la e compatibilizá-la com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência [TR] é o documento necessário para a licitação de bens e serviços que, contendo os parâmetros e elementos descritivos constantes no art. 6º, inciso XXIII, e, sendo o caso, no art. 40, § 1º, ambos da Lei Federal 14.133/2021, sintetiza as principais decisões e informações acerca do objeto a ser contratado, a definição da estratégia para a seleção da proposta, bem como as condições que regerão a futura contratação.

Apesar de previsto, a princípio, como documento integrante da fase preparatória das licitações, o Termo de Referência também pode estar compreendido no processo de contratação direta, conforme disposto no art. 72, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, situação que, conforme demonstrar-se-á posteriormente, é verificável neste processo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; [...]

Assim, o presente Termo de Referência configura-se como parte integrante da instrução do processo de contratação direta já iniciado pelo documento de formalização de demanda do município pelo atendimento ao disposto no art. 54, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021, a ser atendida através de dispensa de licitação para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de material para decoração de eventos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de tais sistemas visa atender às demandas apresentadas pela Ouvidoria desta Casa Legislativa, bem como adequar à Câmara Municipal de Jequitibá à Lei de Acesso à Informação, permitindo que todos os cidadãos possam ter acesso total às informações, bem como que possa ser dada resposta no menor tempo possível às questões levantadas, permitindo assim a máxima eficiência e maior transparência dos atos praticados.

Tal contratação, foi dividida em três itens, sendo eles: licenciamento, implantação e repasse tecnológico e serviços de natureza continuada [abrangendo: suporte técnico, sustentação e evolução]. Quanto ao serviço de natureza continuada, este é de fundamental importância para garantir o correto funcionamento da solução,

a fim de atender às reais necessidades dos usuários e do órgão através de: manutenção preventiva, a qual visa realizar as modificações necessárias para tratar um erro no software antes que um problema venha a ocorrer; e manutenção corretiva, a qual tem como objetivo, a correção de possíveis erros ou falhas no software.

A longa duração desse serviço se justifica pela necessidade de amadurecimento, tanto no que se refere à utilização do sistema quanto ao conhecimento da solução [incluindo código fonte, estrutura, modelagem, regras de negócio etc.] o que demanda tempo para ser absorvido de forma consistente pelos envolvidos. Por isso, durante o processo de aprendizado, absorção de conhecimento pela equipe e amadurecimento da solução, é importante possuir a garantia de que qualquer problema ou falha que venha a ocorrer no sistema esteja coberta para ser solucionada pela empresa contratada.

2.1. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

A partir da definição de que a contratação do objeto supracitado atende à demanda exposta, cumpre analisar de que modo a Câmara irá realizá-la.

Acerca da possibilidade de realização de processo licitatório, sabe-se que a Constituição da República Federativa do Brasil, apesar de trazer a licitação como regra para as contratações da administração pública, em seu art. 37, inciso XXXI, autorizou o legislador infraconstitucional a prever situações em que a contratação poderia ou deveria ser realizada sem prévio processo licitatório.

Nesse cenário, os arts. 72 a 75 da Lei Federal 14.133.2021 trazem duas hipóteses de contratação direta denominadas de dispensa de licitação – quando o certame em tese poderia ocorrer, mas o legislador autorizou a administração a não o realizar – e de inexigibilidade de licitação – quando, em razão da inviabilidade de competição, a licitação seria também inviável.

Exatamente por ser consequência única e direta da inviabilidade de competição, a contratação direta por inexigibilidade deve ser a primeira opção analisada quando iniciado o processo de contratação. Caso verificada a sua incidência, descartar-se-á as demais; caso viável a competição, analisar-se-á a possibilidade de dispensa e, não sendo adotada, far-se-á a licitação, conforme leciona Marçal Justen Filho¹:

A inexigibilidade é um conceito logicamente anterior ao da dispensa. Naquela, a licitação não é instaurada por inviabilidade de competição. Vale dizer, instaurar a licitação em caso de inexigibilidade significaria deixar de obter uma proposta ou obter proposta inadequada. Na dispensa, a competição é viável e, teoricamente, a licitação poderia ser promovida. Não o é porque, diante das circunstâncias, a Lei reputa que a licitação poderia conduzir à seleção de solução que não seria a melhor, tendo em vista circunstâncias peculiares. Em suma, a inexigibilidade é uma imposição da realidade extra normativa, enquanto a dispensa é uma criação legislativa. [...] Como decorrência, a conclusão acerca da caracterização da inexigibilidade faz-se em momento logicamente anterior ao do reconhecimento da dispensa. Inicialmente, avalia-se se a competição é ou não viável. Se não o for, caracteriza-se a inexigibilidade. Se houver viabilidade de competição, passa-se à verificação da existência de alguma hipótese de dispensa.

Assim, cumprindo analisar primeiramente a eventual necessidade de caracterização de inexigibilidade de licitação, é de

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 959.

se descartá-la sumariamente, eis que se verificou na pesquisa de preços realizada concomitantemente a este Termo de Referência a existência de variedade de fornecedores para o objeto deste processo.

A respeito da possibilidade de realização de credenciamento, verifica-se que o presente caso não se subsume a qualquer das situações previstas no caput do art. 79 da Lei Federal n. 14.133/2021, eis que, respectivamente: a) não é vantajosa para a Administração a realização de contratações em condições padronizadas; b) os serviços serão utilizados diretamente pela administração pública, não sendo possível a seleção pelo beneficiário da prestação; e c) não há flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação deste serviço.

Acerca da possibilidade de realização de processo licitatório, sabe-se que a Constituição da República Federativa do Brasil, apesar de trazer a licitação como regra para as contratações da administração pública, em seu art. 37, inciso XXXI, autorizou o legislador infraconstitucional a prever situações em que a contratação poderia ser realizada sem prévio processo licitatório.

Nesse cenário, a Lei Federal 14.133/2021 traz a previsão de uma contratação direta denominada de dispensa de licitação, situação em que, muito embora seja possível a realização de processo licitatório ante a viabilidade de competição, a administração fica autorizada a dispensá-lo.

De modo particular, destaca-se a previsão legal da dispensa por baixo valor, contida no art. 75, inciso II, da Lei Federal

14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 [cinquenta mil reais], no caso de outros serviços e compras;

Trata-se de uma simples e necessária relação de custo-benefício do procedimento, dado que deve existir proporcionalidade entre os custos para a administração realizar o processo licitatório e as vantagens na contratação que dele serão resultantes, como dispõe Joel de Menezes Niebuhr²:

A dispensa de licitação pública em razão do valor econômico do contrato encontra fundamento no princípio da economicidade, cujo teor é conexo com o princípio da proporcionalidade, na medida em que deve haver relação proporcional entre os gastos da Administração Pública com o procedimento e as vantagens a serem auferidas com ele. Nas hipóteses em que as vantagens econômicas pretensamente produzidas pela licitação pública rivalizam com os custos a serem assumidos para levar a cabo o procedimento, passa a ser desproporcional mantê-lo obrigatório, compelindo a Administração Pública a arcar com custos financeiros para firmar contratos de pouquíssima repercussão, que não lhe trazem contrapartida.

E, Flávia Garcia Cabral³:

Essa hipótese de dispensa se justifica em razão do princípio da economicidade, cuja significação atribuída por parcela considerável da doutrina brasileira sintetiza a sua pré-compreensão como respeitante à minimização de custos. É dizer, ao se verificar que o custo do procedimento licitatório será superior ou próximo ao custo da obra ou serviço a ser contratado, há uma desproporcionalidade da forma sobre o fim, o que justifica a dispensa de licitação. Há aqui uma verificação a priori pelo legislador, da relação custo e benefício em relação à realização de licitação para contratação pública.

² NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 237.

³ CABRAL, Flávia Garcia. In: SARAI, Leonardo (org). Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 1004-1005.

Assim, verificou e dispôs o legislador que em contratações para aquisições de bens e prestações de serviços em geral até o valor previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021, os benefícios da licitação não superam necessariamente os seus custos operacionais, dispensando, conseqüentemente, a administração de realizá-la. Cabe observar que os valores citados em epígrafe são atualizados anualmente, conforme dispõe o art. 182 da Lei Federal n. 14.133/2021, de modo a refletir o custo-benefício da realização da licitação a cada ano, estando adequados para o ano de 2024 através do Decreto Federal n. 11.871/2023, conforme redação:

DECRETO Nº 11.871. DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 182 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Brasília, 29 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristina Kiomi Mori

ANEXO ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133. DE 1º DE ABRIL DE 2021 . DISPOSITIVO VALOR ATUALIZADO

Art. 6º, caput, inciso XXII	R\$ 239.624.058,14 [duzentos e trinta e nove milhões seiscentos e vinte e quatro mil cinquenta e oito reais e quatorze centavos] .
Art. 37, § 2º	R\$ 359.436,08 [trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos]
Art. 70, caput, inciso III	R\$ 359.436,08 [trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos] .
Art. 75, caput, inciso I	R\$ 119.812,02 [cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos].
Art. 75, caput, inciso II	R\$ 59.906,02 [cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos].
Art. 75, caput, inciso IV, alínea "c"	R\$ 359.436,08 [trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos].
Art. 75, § 7º	R\$ 9.584,97 [nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos].
Art. 95, § 2º	R\$ 11.981,20 [onze mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos].

No presente caso, conforme será exposto mais à frente, o valor estimado da contratação do objeto é de R\$ 49.500,00 [quarenta e nove mil e quinhentos reais], inferior, portanto, ao limite traçado pelo legislador para a vantajosidade do custo-benefício da realização de licitação, razão pela qual, estando autorizado para tal, realizar-se-á a contratação direta pela dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021 e cujos documentos necessários encontram-se previstos no art. 72 do mesmo diploma legal:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Assim, a contratação do presente objeto será realizada através processo de contratação direta por dispensa de licitação, observadas as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, em especial de seus arts. 72 e 75 e regulamento do município.

2.2. DISPENSA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DEMAIS DOCUMENTOS FACULTADOS NO INCISO I DO ART. 72 DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021

Prevê o art. 72, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021 que o processo de contratação direta será instruído com os seguintes documentos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; [...]

Nos termos do dispositivo citado, a obrigatoriedade recai somente sobre o documento de formalização de demanda, já devidamente acostado aos autos deste processo de contratação direta, devendo os demais documentos serem elaborados somente “se for o caso”.

Sobre as hipóteses de elaboração desses documentos, extrai-se da obra de Joel de Menezes Niebuhr⁴:

É de notar que o inciso I do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 prescreve como necessário o documento de formalização de demanda e, na sequência, antes de referir-se aos demais, ressalva que eles devem ser produzidos “conforme o caso”. No entanto, o inciso I do artigo 72 não esclarece em quais casos os demais documentos devem ou não ser produzidos. Sabe-se que, em regra, Projetos básico e executivo são utilizados em obras e serviços de engenharia e termo de referência é empregado para os demais objetos que não de engenharia, por efeito do que eles são excludentes – ou se têm projetos básico e executivo ou se tem termo de referência. Essa é a regra, que, contudo, é ressaltada pelo § 3º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, cujo teor admite que a especificação de obras e serviço comuns de engenharia possa ser realizada por meio de “termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos”. Em que pese isso, estudo técnico preliminar e análise de riscos podem, em tese, ser produzidos em qualquer caso, para qualquer objeto e contratação. A redação do inciso I do artigo 72 dá a entender, sob essa perspectiva, que estudo técnico preliminar e análise de riscos podem ser dispensados em casos de contratação direta, que a Administração Pública goza de competência discricionária para decidir produzi-los ou não. Isso faz sentido, porque não seria proporcional exigir estudo técnico preliminar e análise de riscos para contratações de pequena envergadura, como acontece, por exemplo, nos casos das dispensas dos incisos I e II do artigo 75.⁴

Assim, considerando que o objeto da presente contratação é classificado com um serviço comum, a sua especificação é realizada de modo suficiente neste termo de referência,

⁴ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 129.

razão pela qual afasta-se a elaboração de projeto básico e de projeto executivo.

Quanto ao estudo técnico preliminar e a análise de riscos, tratando-se de contratação de pequena envergadura, inferior ao teto indicado pelo legislador para tal, em que os custos da realização de demasiadas burocracias muito ultrapassa os seus benefícios, em atenção ao princípio da proporcionalidade, cumpre dispensar a sua produção.

Assim, tratando-se de contratação por dispensa de licitação de objeto de reduzido montante financeiro e baixa complexidade técnica, e não se tratando de obra ou serviço de engenharia, encontra-se devidamente justificada a dispensa da elaboração dos documentos.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a Criação, Estruturação e Manutenção da Ouvidoria na Câmara Municipal de Jequitibá, garantindo a conformidade com a Lei nº 13.460/2017 e a efetividade do novo canal de comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

3.2. NATUREZA

Os itens que constituem o objeto do presente processo são classificados como serviços contínuos de natureza comum.

3.3. PRAZO DO CONTRATO

A pesquisa resultante deste processo de contratação direta terá vigência de 1 (um) dia, a contar de sua assinatura.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A ornamentação de um ambiente para receber solenidades é única, além das particularidades do espaço físico disponível, é preciso perceber os detalhes para melhor caracterizar cada evento e transmitir a essência das pessoas que o estão promovendo, bem como ambientar os participantes ao contexto do que se pretende ser tratado. A decoração envolve itens específico para tal, como: longos tecidos, plantas naturais.

Diante dessa singularidade, percebemos como única solução possível a contratação de uma empresa que já preste esse tipo de serviço. A Câmara não possui os materiais mínimos necessários em estoque para promover uma ambientação adequada e, inviável seria adquiri-los, visto que não há em seu corpo técnico profissionais da área de decoração/eventos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Prevê o art. 72, inciso V, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, junto ao processo de contratação direta, deverá ser comprovado pelo contratado o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos seguintes termos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; [...]

Ora, se em momento posterior à escolha do contratado deverá ser verificado o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, é requisito lógico que eles sejam requeridos e definidos em momento anterior à sua verificação, ou seja, no presente Termo de Referência.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr⁵:

Além do preço, com base no inciso V o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, é importante que a Administração Pública avalie as qualificações do futuro contratado, que deve ter habilidade para prestar o objeto do contrato, devendo a Administração Pública buscar elementos que retratem a experiência anterior dele. Não é lícito à Administração Pública, sob o argumento da dispensa e da inexigibilidade, agir imprudentemente, contratando alguém que não tenha aptidão para tanto. É fundamental cercar-se de cuidados e demandar do futuro contratado a comprovação das condições consideradas adequadas para o cumprimento das obrigações contratuais.

Os documentos a serem exigidos em habilitação nas licitações são tratados no Capítulo VI do Título II da Lei nº 14.133/2021, divididos, conforme artigo 62, em habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira.

Conforme apontado pelo autor, os tipos de habilitação encontram-se elencados no caput do art. 62 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 140.

Ocorre que, de modo geral, em vistas das particularidades da contratação direta, a doutrina já entende serem aplicadas integralmente à contratação direta somente as habilitações jurídica e fiscal, social e trabalhista⁶:

Conforme art. 62, há quatro tipos de habilitação: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira. Destas, a habilitação jurídica (art. 66) e a fiscal, social e trabalhista (art. 68) aplicam-se integralmente a contratações diretas.

[...]

Quanto à habilitação técnica (art. 67), entretanto, em regra ela se mostra desnecessária em contratações diretas, sendo comumente substituída pela justificativa da razão de escolha do contratado do inciso VI deste artigo, embasada sempre na documentação julgada necessária para tanto. [...]

Já no que concerne à habilitação econômico-financeira, muitas vezes isso também pode ser considerado na própria escolha do contratado, ao ponto de eventual risco de inaptidão econômica se reduzir, já que a pessoa escolhida costuma ter alguma solidez.

No caso concreto, a baixa monta da contratação e a ausência de grande complexidade técnica dispensariam, por si só, a necessidade de aferição da habilitação econômico-financeira e técnica, respectivamente.

Contudo, mesmo lhe sendo dispensado o dever de exigí-las [quase] integralmente, para a contratação do objeto deste Termo de Referência, exigir-se-á a comprovação, pelo contratado, de sua habilitação jurídica – de modo a demonstrar a capacidade do contratado exercer direitos e assumir obrigações – e fiscal, social e trabalhista – a fim de garantir o cumprimento de suas obrigações com a coletividade –, nos termos dos arts. 66, 68 e 63, inciso IV, da Lei Federal

⁶ SALES, Hugo Teixeira Montezuma. In: SARAI, Leonardo (org). Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 965-966.

14.133/2021:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: [...]

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Os serviços serão solicitados de forma total, mediante Autorização de Fornecimento, com as informações da data, horário e local da realização.

A Câmara Municipal de Jequitibá se reserva o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

A empresa deverá se comprometer a substituir ou repor o produto, quando o produto não atender às especificações da proposta apresentada.

A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

O Fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se a Câmara o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Prevê o art. 72, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, junto ao processo de contratação direta, deverá ser realizada pesquisa de preços, como em processos licitatórios, para fins de estimativa do valor da contratação e que será utilizada, em documento posterior, para fins de justificativa do preço contratado:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; [...]

VII - justificativa de preços; [...]

Cumpra-se destacar que esta estimativa de valor não configura uma seleção de menor preço, tampouco, necessariamente, um preço máximo que a administração pode arcar. Ao contrário, busca subsidiar, em momento seguinte a este Termo de Referência, a verificação se o preço daquele que já foi escolhido como contratado é compatível com o mercado, conforme dispõe o ilustre doutrinador Joel de Menezes Niebuhr⁷:

[...] há de se separar duas questões: uma é a escolha do futuro contratado, que não precisa se amparar decisivamente no preço, outra é a justificativa do preço do futuro contrato, que deve ser compatível com o mercado. Demonstrado que o preço é compatível com o mercado, em face da pesquisa de preços que é realizada com antecedência e que pode ocorrer independentemente da consulta direta a qualquer fornecedor ou interessado, a Administração Pública goza de discricionariedade para a escolha do futuro contratado, desde que de maneira motivada. Sob essa perspectiva, não é obrigatório que em contratação direta haja alguma espécie de disputa entre possíveis interessados. Basta, apenas, que a escolha do futuro contratado seja motivada e que o preço seja compatível com o mercado, o que não depende, insista-se, de cotação direta de preços com outros fornecedores ou interessados.

Ressalta-se, ainda, que a compatibilidade com o praticado no mercado não significa ser necessariamente inferior, em valores absolutos, ao montante obtido na pesquisa de preços. Pede-se, na literalidade do art. 72, inciso VII, um preço justificado. Se o objetivo da contratação direta fosse a rigorosa busca do menor preço, não seria uma contratação direta, mas um pregão com o critério de julgamento de menor preço. Nesse sentido, extrai-se da doutrina especializada⁸:

⁷ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 136.

⁸ SALES, Hugo Teixeira Montezuma. In: SARAI, Leonardo (org). Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 968.

No caso da contratação direta, o que se espera é que o preço seja "justificável", o que não necessariamente implica dizer em ser inferior ao preço de mercado ou à média obtida. No caso de inexigibilidade de licitação, por exemplo, sequer é possível falar em "preço de mercado", propriamente, pois inviável a competição: nesse caso o preço de referência usualmente é o regular da própria contratada. Havendo divergências entre o preço obtido em pesquisa e o da contratação que se pretende formalizar, este deve ser justificável para que o procedimento possa prosseguir.

Assim, ilustrado não se tratar de um preço máximo de licitação, o valor da contratação fora estimado a partir dos quantitativos já expostos no corpo deste Termo de Referência e da pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

O inteiro teor da pesquisa de preços encontra-se nos autos deste processo e os valores estimados encontram-se transcritos a seguir. As proponentes interessadas deverão cotar o item de forma global, sob pena de desclassificação. A contratação será realizada por valor global, conforme solicitação de fornecimento emitida pela Câmara Municipal de Jequitibá.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prevê o art. 72, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021 que o dispêndio financeiro resultante da contratação que se pretende realizar deve ser compatível com a previsão de recursos orçamentários da administração:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; [...]

As despesas para a execução do objeto do presente Processo Administrativo Licitatório ocorrerão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025, com a seguinte classificação e valores, conforme demonstrativo acostado em anexo a este Termo de Referência e colacionado abaixo:

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	01.01 – Câmara Municipal
SUBUNIDADE	01.01.02 – Secretaria
NATUREZA DA DESPESA	33.90.35.00 – Serviços de Consultoria
PROGRAMA DE TRABALHO	01.031.1003.2.006
FONTE DE RECURSOS	1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos
FUNÇÃO	01 – Legislativa
SUBFUNÇÃO	0031 – Ação Legislativa

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Prevê o art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal 14.133/2021 que a justificativa de escolha do contratado e de seu preço, assim como a comprovação da habilitação, deverá constar no processo de contratação direta, nos seguintes termos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativo de preço; [...]

Como regra, a escolha do contratado – e consequentemente do preço a ser contratado e a comprovação de sua habilitação – dar-se-á em momento seguinte ao Termo de Referência, o qual, tratando-se de contratação direta, busca sintetizar as principais informações acerca do objeto a ser contratado e das condições que regerão a futura contratação. Ao contrário do que ocorre em um processo licitatório, não seria cabível expor no Termo de Referência um método objetivo para seleção de fornecedor, eis que se estaria a esboçar um processo licitatório, não uma contratação direta.

Assim, para fins de cumprimento do disposto no art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Administração deverá, nesse momento posterior ao Termo de Referência, demonstrar que aquele que pretende contratar preenche todos os requisitos previstos neste Termo de Referência, necessários à execução do objeto, e que seu preço é compatível com o mercado e inferior ao limite para enquadramento na dispensa por baixo valor, de modo a garantir a objetividade, isonomia e publicidade necessária a todas as contratações, mas sem alcançar aquele rigor previsto para o processo licitatório e dispensado pelo legislador.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr⁹:

[...] depois de definir o objeto e as condições de execução do futuro contrato (inciso I do artigo 72), depois de definir o preço de referência (inciso II do artigo 72) e de realizar as previsões orçamentárias (inciso IV do artigo 72), a Administração Pública deve escolher com quem contratar e justificar a sua opção (inciso VI do artigo 72), o que passa pela apuração da proposta para

⁹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 135-136.

si mais vantajosa (inciso VII do artigo 72) e pela investigação das qualificações do futuro contratado (inciso V do artigo 72).

Nessa fase, ela não precisa tratar todos os possíveis interessados com igualdade, o que seria necessário se ela devesse proceder à licitação pública. Repita-se, nos casos de dispensa e de inexigibilidade são aceitos agravos à isonomia, que cede parcialmente em face da impossibilidade de realizar a licitação pública ou da proteção de outros valores relacionados ao interesse público. Contudo, no mesmo passo, não se quer afirmar que a isonomia é derogada por completo, porque a Administração Pública não pode fazer valer discriminações desproporcionais e desnecessárias. Portanto, para escolher o contratante, a Administração Pública não é obrigada a tratar todos os possíveis interessados com igualdade, todavia, deve fazê-lo na maior medida possível.

E, Juliano Heinen¹⁰:

Trata-se de mais uma providência que, se de um lado melhora o controle das contratações públicas, de outro aumenta significativamente a burocracia. A justificativa objetiva sobre o fornecedor não pode ser levada ao extremo ou tornada absoluta. De outro lado, não se pode admitir que o processo de contratação direta se dê em função de mera indicação de critérios evidentemente subjetivos para a escolha do aludido contratado, sem a necessária justificativa. Há de se ter um equilíbrio aqui.

Assim, configura-se como suficiente para escolha do fornecedor a demonstração de preenchimento de todos os requisitos previstos neste Termo de Referência, necessários para a execução do objeto, e de compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado e com o limite para dispensa por baixo valor.

8.1. DIVULGAÇÃO DO AVISO DA DISPENSA EM SÍTIO ELETRÔNICO

O art. 75, § 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021 prevê a possibilidade de divulgação da realização da dispensa por baixo valor caso dos autos – em sítio eletrônico pelo prazo mínimo de três dias:

Art. 75. É dispensável a licitação:

¹⁰ HEINEN, Juliano. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: Lei nº 14.133/21. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 565.

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 [três] dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Conforme sintetiza Flávia Garcia Cabral, “a premissa do parágrafo é permitir que, mesmo não havendo uma licitação, possa haver uma concorrência na contratação por dispensa, de modo a permitir que a Administração realize a contratação direta mais vantajosa”.¹¹ Assim, o legislador previu a possibilidade de, dentro da contratação direta, ser realizada uma verdadeira “minilicitação”, eis que se dará publicidade prévia, disponibilizar-se-á prazo para apresentação de propostas pelos interessados, devendo a Administração selecionar a “proposta mais vantajosa”.

De uma análise dos autos deste processo, a divulgação do aviso será devidamente realizada no sítio eletrônico do município e no Diário Oficial dos Municípios, conforme § 3º do artigo 75 da lei 14.133/2021, sendo disponibilizado na fase posteriormente a este, para a apresentação de propostas adicionais pelos eventuais interessados. A eventual apresentação de propostas no prazo através do canal indicado no aviso deverá ser analisada no documento de justificativas, junto com a

¹¹ CABRAL, Flávia Garcia. In: SARAI, Leonardo (org.). Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 1044.

escolha do contratado.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de vigência da contratação será de 12 [doze] meses, a contar da data de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços de natureza contínua.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverá ser designado fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

Nos termos do art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, verificando se a publicação cumpriu as exigências de caráter técnico descritas neste Termo de Referência; e, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante verificação de atendimento das exigências contratuais.

Durante a execução do objeto do contrato fica reservado a Câmara autonomia para dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do Contrato.

A Câmara Municipal de Jequitibá efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao contrato. A fiscalização efetuada não exclui nem reduz as responsabilidades da contratada perante o contratante e/ou terceiros.

A contratada deverá acatar a fiscalização do município quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

Qualquer comunicação ou notificação do contratante à contratada deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 3 [três] dias úteis, contados do seu recebimento, submetendo-se, a contratada, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

11. CRITÉRIOS DE MEDICÃO E PAGAMENTO

11.1. CRITÉRIOS DE MEDICÃO

Em razão de configurar-se como serviço de natureza comum, sem grande complexidade técnica, a medição deverá ser realizada pela simples verificação de cumprimento pela contratada das obrigações previstas neste Termo de Referência e no Contrato a ser elaborado, a ser realizada após a publicação de cada texto legal.

11.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento pela prestação do serviço, objeto da presente contratação direta, deverá ser feito pela Administração em favor do contratado mediante boleto ou transferência bancária [TED ou PIX] em conta corrente de titularidade do contratado, no prazo de até 15 [quinze] dias após a data de recebimento definitivo do objeto, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Jequitibá e Edifício do Paço do Legislativo Francisco Romão Saturnino, em
segunda-feira dia 27 de outubro de 2025.

Gabriel Matias Fernandes de Freitas
Agente de Contratação